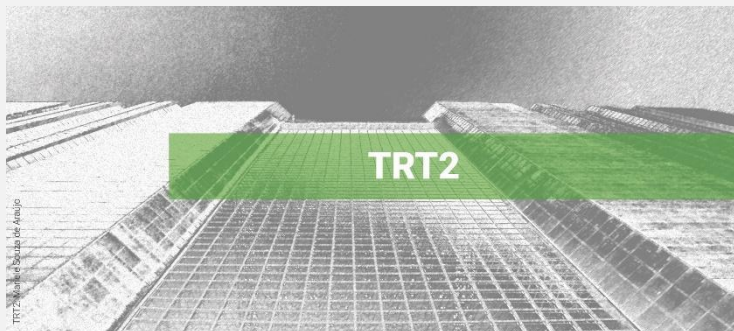


INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana

N. 36

Período: 15 a 19 set. 2025



Portaria n. 48/GP, de 16 de setembro de 2025
Altera a Portaria n. 39/GP, de 28 de junho de 2018, para dispor sobre os efeitos financeiros das alterações nas mensalidades de planos ou seguros privados de assistência à saúde, na modalidade AuxílioSaúde pago em pecúnia, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2.

Portaria n. 23/CR, de 10 de setembro de 2025

Determina a instauração do Regime Especial de Execução Forçada (REEF) das execuções movidas em face do Instituto Santanense de Ensino Superior, CNPJ nº 62.881.099.0001-35.

Edital de promoção n. 28, de 12 de setembro de 2025. Proad n. 48675/2025

Comunica a abertura de concurso de promoção para provimento do cargo de Juiz Titular da 1ª Vara do Trabalho de Diadema.

Portaria n. 49/DGA, de 15 de setembro de 2025

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Portaria n. 50/DGA, de 18 de setembro de 2025

Designa servidores para atuarem como Gestores e Fiscais dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de Interesse

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ato n. 73/CSJT.GP.SG.SEOFI, de 15 de setembro de 2025

Abre ao Orçamento da Justiça do Trabalho, em favor dos Tribunais Regionais do Trabalho da Segunda, Terceira, Quarta, Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira, Décima Segunda, Décima Quarta, Décima Quinta, Décima Sétima, Décima Oitava, Décima Nona, Vigésima e Vigésima Quarta Regiões, crédito suplementar para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

Tribunal Superior do Trabalho

Ato n. 22/GCGJT, de 27 de agosto de 2025 [Republicação]

Divulga nova versão das Tabelas Processuais Unificadas de Movimentos e de Complementos, com acréscimos da Justiça do Trabalho.

Conselho Nacional de Justiça

Portaria n. 273/CNJ, de 4 de setembro de 2025

Nomeia os integrantes do Fórum Nacional das Ações Coletivas (Fonacol), instituído pela Resolução n. 138/CNJ, de 21 de julho de 2011.

Portaria n. 288/CNJ, de 16 de setembro de 2025

Dispõe sobre alterações no modelo do Formulário de Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente às Pessoas LGBTQIA+ (Formulário Rogéria) de que trata o anexo da Resolução n. 582/ CNJ, de 20 de setembro de 2024, que institui o Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o Formulário Rogéria no âmbito do Poder Judiciário, e dá outras providências.

Edital de consulta pública sobre a proposta de resolução que institui parâmetros mínimos para o cumprimento da consulta livre, prévia e informada relacionada aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais/CNJ, de 2025

Dispõe sobre a realização de consulta pública para manifestações sobre a proposta de resolução que institui parâmetros mínimos para o cumprimento da consulta livre, prévia e informada relacionada aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais.

Conselho da Justiça Federal

Recomendação n. 7/CJF, de 16 de setembro de 2025

Recomenda a adoção de um modelo diferenciado de tramitação de cumprimentos de sentença em ações coletivas.

Presidência da República

Resolução n. 24/CEFIC, de 8 de setembro de 2025

Institui o Modelo Informacional da Carteira de Identidade Nacional - MICIN, no âmbito dos Órgãos de Identificação Civil - OICs das unidades federativas e dos órgãos federais executores do Serviço de Identificação do Cidadão SIC; revoga o art. 2º da Resolução n. 9/CEFIC, de 7 de novembro de 2022, a Resolução n. 20/CEFIC, de 9 de setembro de 2024, e a Resolução n. 23/CEFIC, de 5 de maio de 2025.

Resolução n. 28/CEFIC, de 8 de setembro de 2025

Dispõe sobre o procedimento para reimpressão da Carteira de Identidade Nacional - CIN.

Poder Legislativo

Lei n. 15.207, de 12 de setembro de 2025

Institui a campanha Agosto Branco, destinada a conscientizar a população sobre o câncer de pulmão.

Lei n. 15.208, de 15 de setembro de 2025

Dispõe sobre a transformação de cargos vagos no quadro permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, sem aumento de despesas.

Lei n. 15.211, de 17 de setembro de 2025

Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente).

Lei n. 15.212, de 18 de setembro de 2025

Altera a ementa da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, para denominá-la oficialmente Lei Maria da Penha.

Poder Executivo

Decreto n. 12.622, de 17 de setembro de 2025

Regulamenta a Lei n. 15.211, de 17 de setembro de 2025, para designar a Agência Nacional de Proteção de Dados como autoridade administrativa autônoma de proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais, e estabelecer competências para cumprimento de ordens judiciais de bloqueio.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Portaria n. 7.809/SRT.MGI, de 12 de setembro de 2025

Altera a Portaria n. 4.515/ SRT.MGI, de 26 de junho de 2024, que estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal Sipec, quanto à aplicação da inspeção médica oficial que antecede a posse em cargo público federal.

Portaria n. 7.912/SGD.MGI, de 16 de setembro de 2025

Altera a Portaria n. 6.545/ SGD.MGI, de 11 de agosto de 2025, que define os procedimentos e os prazos para compartilhamento e atualização dos dados pelas prestadoras de serviços públicos, em atendimento ao art. 8º do Decreto n. 12.428, de 3 de abril de 2025, e dispõe sobre as diretrizes para a gestão dos dados compartilhados.

Instrução Normativa n. 381/ SEGES.MGI, de 17 de setembro de 2025

Altera o Anexo I da Instrução Normativa n. 190/ SEGES.MGI, de 5 de dezembro de 2024, para incluir novos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto n. 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Instrução Normativa n. 382/ SEGES.MGI, de 17 de setembro de 2025

Dispõe sobre as ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, para fins de desempate em processos licitatórios, de que trata o art. 5º do Decreto n. 11.430, de 8 de março de 2023, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Ministério da Previdência Social

Portaria n. 1.870/PRES.INSS, de 16 de setembro de 2025

Altera o Anexo da Portaria n. 1.481/PRES.INSS, de 22 de agosto de 2022, que estabelece diretrizes para padronização dos serviços dos Acordos de Cooperação Técnicas celebrados entre as Gerências-Executivas e Superintendências Regionais e os Conselhos Seccionais e Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Instrução Normativa n. 197/ PRESS.INSS, de 17 de setembro de 2025

Altera a Instrução Normativa n. 186/ PRES.INSS, de 12 de maio de 2025, que estabelece fluxo de consulta, contestação e restituição por entidades associativas e sindicais de descontos indevidos de mensalidades associativas.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Resolução n. 2/CGI.BSF, de 16 de setembro de 2025

Institui o Protocolo Brasil Sem Fome.

Conselho de Fisioterapia e Terapia Ocupacional

Resolução n. 630/COFFITO, de 30 de julho de 2025

Regulamenta a concessão de Títulos de Especialista Profissional em Fisioterapia e dá outras providências.

Resolução n. 627/COFFITO, de 27 de agosto de 2025

Dispõe sobre a instituição do Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Fisioterapia e Terapia Ocupacional; a substituição do Registro Profissional de Especialista (RPE), ou qualquer outra denominação para este fim; e dá outras providências.



Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar

CEP 01302-906 - São Paulo - SP

Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial,
Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal